# Reação conservadora, democracia e conhecimento

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.145515

Flávia Biroli

*Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil*
*flaviabiroli@gmail.com*

**RESUMO**

Esse texto caracteriza a ofensiva conservadora contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual. Em seguida, propõe uma reflexão sobre sua conexão com os processos atuais de fechamento da democracia. Por fim, discute brevemente o fato de que a produção de conhecimento nas Ciências Sociais e os processos educativos que abordam as desigualdades de gênero e a diversidade sexual nas escolas se transformaram em alvos preferenciais dessa ofensiva.

**PALAVRAS-CHAVE**

Ofensiva conservadora, democracia, gênero, conhecimento

No dia 18 de fevereiro de 2016, uma votação no Plenário da Câmara, confirmada no Senado no dia 9 de março do mesmo ano, retirou da Medida Provisória da Reforma Administrativa (696/2015) o termo gênero, que compunha a seguinte definição das competências do Ministério de Direitos Humanos, Política para as Mulheres e Igualdade Racial: "planejamento de gênero que contribua na ação do Governo Federal e das demais esferas de governo para a promoção da igualdade entre mulheres e homens". A reforma proposta pela então presidenta Dilma Rousseff era parte de esforços para o fortalecimento das alianças políticas em torno de Rousseff e já era efeito de pressões que, pouco depois, resultariam em seu afastamento, algo a que retornarei mais adiante. Naquele momento, a ofensiva contra a agenda de gênero já não era novidade no Brasil. O termo gênero, assim como as referências à orientação sexual, haviam sido retirados do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em comissão especial na Câmara em 22 de abril de 2014. Mas foi também em 2016, no dia 22 de junho, que o PNE foi sancionado, sem qualquer referência a gênero e sexualidade, pela Presidência da República.

Quando o debate sobre o Projeto de Lei 8035/10, que instituía o Plano, se iniciou no Congresso, Dilma Rousseff havia sido eleita para seu primeiro mandato como presidenta. Em 2016, quando o PNE foi sancionado, quem ocupava a Presidência da República era seu vice, Michel Temer. Rousseff havia sido afastada após votação na Câmara, realizada em 17 de abril do mesmo ano, a favor do prosseguimento de um processo de *impeachment* controverso, que a retiraria definitivamente da Presidência meses depois, no dia 31 de agosto, quando o processo foi acatado também no Senado Federal. A votação na Câmara trouxe a quem não vinha acompanhando o que se passava ali uma surpresa: um número significativo de deputados e deputadas justificaram seu voto favorável ao *impeachment* de Rousseff evocando a família[1].

Poucos meses depois, a mesma Câmara aprovaria uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 55) que limita os gastos públicos por 20 anos, afetando diretamente as áreas de educação, tecnologia, saúde e assistência, entre outras. O ano de 2016 terminaria, assim, com a explicitação de que estava em curso um projeto que envolvia não apenas a redefinição dos rumos da economia, mas também a repactuação das fronteiras entre Estado, mercado e sociedade, impondo recuos no pacto social estabelecido na Constituição de 1988. Esse rumo seria selado, de maneira ainda mais clara, com a aprovação de alterações na legislação trabalhista. A aprovação da "terceirização irrestrita", em 22 de março de 2017, seria seguida pela adoção de uma nova legislação trabalhista, após votações na Câmara e no Senado, em 13 de julho de 2017. A redução das garantias para trabalhadoras e trabalhadores, envolta no argumento de que deve haver maior "liberdade" das partes para pactuar rotinas e remuneração, ocorria em um

**1** Segundo matéria publicada no site de notícias G1, a família foi evocada 110 vezes durante a votação e Deus foi mencionado nas falas de 50 entre os 513 deputados, incluído o então presidente da casa e da sessão, Eduardo Cunha. "Deus, filhos... vejam os termos mais citados na votação do impeachment", publicada em 18 de fevereiro de 2016, http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html [último acesso em 10 de setembro de 2017].

momento no qual a taxa média de desemprego no país atingia o patamar de 13%[2]. Apesar disso, as ameaças à "família brasileira" foram atribuídas recorrentemente, nesse período, à politização da sexualidade e às conquistas dos movimentos feministas e LGBT, que andariam de mãos dadas na subversão da ordem moral.

Foi assim que as ações contra a suposta "ideologização" no ensino brasileiro incorporaram, no contexto nacional, as campanhas internacionais contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, de que falarei mais adiante e que se iniciaram nos anos 1990. Embora o campo dos estudos de gênero seja amplo e diversificado, a ideia norteadora de que papéis e identidades sexuais definem-se em contextos sociais específicos e não são expressões da natureza ou de desígnios transcendentais é compartilhada por ampla produção que vem se acumulando pelo menos desde meados do século XX. Trata-se de produção posicionada, uma vez que adere a valores como o da igual dignidade independentemente do sexo biológico e das opções sexuais, da diversidade humana como princípio fundamental para a definição dos direitos, da relevância dos corpos sexuados como questões políticas (Butler, 1993). Além de claramente normativo nesse sentido, o de incorporar valores como os mencionados, o conhecimento assim produzido tem forte ancoragem em teorias e epistemologias que colocam as experiências vividas, assim como os sentidos atribuídos por sujeitos individuais e coletivos a essas experiências, no centro da produção de conhecimento (Harding, 1986)[3].

Coloca-se aqui o problema discutido neste volume por Sérgio Carrara, Isadora Lins França e Júlio Assis Simões. O conhecimento que produzimos colocou em xeque a neutralidade científica, analisando as ideologias que deram sustentação histórica à heteronormatividade e às formas de violência que a acompanham. Paradigmas discutidos e rediscutidos com rigor, e em meio ao debate plural que caracteriza a academia, informaram esses questionamentos e os deslocamentos teóricos e analíticos que produziram. É verdade que esse conhecimento informou a prática política de movimentos sociais, políticos e operadores do direito que mobilizaram seus quadros analíticos para demandar concepções laicas de cidadania, fundadas na diversidade, na dignidade que independe das formas (diversas) do exercício da sexualidade e na autonomia das pessoas. É verdade, também, que esse não foi o primeiro cruzamento entre conhecimento, sexualidades, corporalidades e política. Muito antes, teorias racistas foram promovidas política e cientificamente até que fossem confrontadas (Gould, 1991) – vale conferir também a discussão feita por Lorenzo Macagno neste volume, sobre como a sociobiologia permitiu comprovar "cientificamente" a relação causal entre comportamento sexual e violência entre os Yanomami. As políticas da sexualidade estiveram diretamente ligadas não apenas ao controle,

**2** Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de desemprego no ano de 2017 ficou em 12,7%.

**3** Para uma discussão sobre o empírico e o normativo na teoria política, referenciada por debates feministas, conferir Biroli (2017).

mas à conformação e separação dos corpos sexuados por políticas estabelecidas em contextos políticos específicos (Foucault, 2005).

Apesar disso, a reação conservadora atual se funda numa noção pouco sofisticada de objetividade para questionar o caráter do conhecimento produzido, a autonomia do campo científico e a responsabilidade coletiva envolvida nos processos educacionais. O Movimento Escola sem Partido se destaca entre as organizações que têm participado da ofensiva contra o debate posicionado nas escolas no Brasil. Fundado em 2004 e hoje alinhado a ações presentes em diferentes países da América Latina contra a agenda de gênero, como as ocorridas no Peru, na Colômbia e no México, nas quais se destaca o slogan "Com mis hijos no te metas", tornou-se mais presente no espaço político institucional a partir de 2014. O Projeto de Lei de 2015 (867/15) que tem como objetivo incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional o "Programa Escola sem Partido" é apenas o mais destacado entre dezenas de projetos em tramitação no Congresso, que têm em comum o entendimento de que é preciso incluir nas normas educacionais o direito dos pais de educar seus filhos de acordo com seus valores morais e crenças religiosas.

Esse ponto é particularmente importante para esta discussão porque o Escola sem Partido apresenta com clareza a oposição a dois conjuntos de valores, conectados em ações e projetos de lei que buscam modificar normas e conteúdos escolares e constranger professoras e professores "parciais". Um deles é expresso no combate ao comunismo e ao marxismo, o outro em seu combate à "ideologia de gênero". Para além do uso retórico das noções de comunismo e de "ideologia de gênero", fica claro que a parcialidade combatida é aquela que traria para a sala-de-aula perspectivas críticas ao sistema de propriedade vigente e às desigualdades sociais; na segunda vertente, por sua vez, o combate é dirigido a perspectivas críticas às desigualdades de gênero e às formas de violência ancoradas no sexismo e na heteronormatividade. As tentativas de implementação do programa têm esbarrado em decisões contrárias, como a suspensão da lei que criava o programa "Escola Livre" em Alagoas, por decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, de 22 de março de 2017. Isso não impediu que ações e projetos de lei se multiplicassem em diferentes municípios e regiões do país. É esse o ambiente em que ocorreram reações que receberam a atenção dos meios de comunicação brasileiros, como a interrupção em setembro de 2017, pelo Banco Santander, da exposição Queer Museu, em Porto Alegre, após pressão de organizações religiosas e de um movimento que se fortaleceu no processo de *impeachment* de Rousseff, o Movimento Brasil Livre (MBL). Pouco depois, em novembro do mesmo ano, chamariam a atenção também as manifestações e o ataque contra a filósofa Judith Butler, que veio ao Brasil para participar do Seminário "Os fins da democracia", promovido

em parceria pela Universidade da Califórnia em Berkeley e pela Universidade de São Paulo e que ocorreu no SESC Pompeia, na cidade de São Paulo. Vale observar que embora o seminário não tivesse como foco o debate sobre gênero e sexualidade, as reações e agressões foram feitas em nome "da família" e seguiram a agenda negativa da associação entre homossexualidade e pedofilia, presente nas reações ao Queermuseu, e entre conhecimento e ideologização, destacando especificamente a ameaça às "nossas crianças".

A dimensão nacional dessa reação não esgota, certamente, o ambiente em que se realizou o debate sobre "Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas em novos cenários políticos", no 41º Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 2017, mas compõe de maneira significativa o processo de intensificação da "politização reativa" do gênero e da sexualidade no caso brasileiro. Se ampliamos o foco, percebemos que o questionamento dos ideários fundados em noções de direitos humanos e sociais que informaram as lutas recentes pela reconfiguração de direitos ultrapassam o Brasil e mesmo a América Latina. A reação conservadora tem elementos transnacionais, não apenas porque a Igreja Católica tem capitaneado a ofensiva contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, mas também porque a insegurança decorrente da fragilização dos sistemas conhecidos de proteção parece abrir oportunidades para que, mais uma vez, se convoque "a família" contra o fantasma da subversão moral.

Uma nova conformação do neoliberalismo, por sua vez, retoma a defesa da regulação pró-mercado dos anos 1990, acompanhada da redução de direitos sociais e investimentos públicos. Ela agora se apresenta com conteúdo moral renovado. Para além do mérito, emerge uma ideologia antipluralista e anticosmopolita. Em seus padrões atuais, o neoliberalismo parece recusar alguns de seus desenvolvimentos anteriores – perniciosos em muitos sentidos, como foi alertado (Falquet, 2011) –, em que ganharam legitimidade defesas do "empoderamento" das mulheres e a relação entre igualdade de gênero, diversidade, e desenvolvimento.

A reação à agenda de gênero remete justamente aos anos 1990 e suas ambivalências. Com o protagonismo da Igreja Católica, iniciou-se como resposta à utilização da noção de gênero em documentos e programas de ação de encontros e fóruns transnacionais e ao reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos pelos Estados nacionais (Cornejo-Valle e Pichardo, 2017; Machado, 2016; Vaggione, 2017). A construção de políticas alternativas do gênero e da sexualidade, que colocaram em xeque os fundamentos religiosos da moral e do direito, também ocorreu na interface entre dinâmicas nacionais e transnacionais (Alvarez, 1998; Corrêa, Petchesky e Parker, 2008). Nesse caso, o protagonismo foi de movimentos e organizações feministas e LGBT que construíram novos pontos de referência para se discutir a legitimidade de normas e políticas públicas ao colocar em circulação "discursos alternativos sobre a autonomia e a democracia

sexual" (Vaggione, 2016: 32; tradução da autora).

A participação de ativistas brasileiras em fóruns internacionais e, por outro lado, a reivindicação de legitimidade para demandas que passam a contar com novos marcos internacionais, são importantes para se compreender um aspecto fundamental das políticas de gênero no Brasil, nas décadas recentes: as agendas feminista e LGBT foram promovidas a partir de espaços e dinâmicas que existiram apesar da baixa permeabilidade do sistema político à participação das mulheres e à agenda dos direitos sexuais e reprodutivos (Biroli, 2018: capítulo 5). O "apesar" indica que a ação política tem se dado contínua e sistematicamente e que tem tido efeitos. A partir do Executivo e do Judiciário, foram construídas políticas e normas que incorporam parcialmente os valores da autonomia das mulheres e da diversidade sexual. Não é possível, no entanto, derivar daí uma ideia de equilíbrio nas influências ou mesmo de uma pluralidade substantiva nas arenas políticas.

A redemocratização, acrescida do ambiente internacional dos anos 1990, trouxe novas possibilidades para a politização da cidadania a partir das categorias de gênero e de sexo (assim como raça e etnia). Os anos 2000, por sua vez, corresponderam a um incremento nas instâncias de participação previstas na Constituição de 1988. A chegada à Presidência da República de um partido cujas bases sociais históricas estiveram nos movimentos sociais, o Partido dos Trabalhadores (PT), permitiu uma "permeabilidade inédita do Estado" (Abers, Serafim e Tatagiba 2014) a movimentos como o feminista e o LGBT. Ao mesmo tempo, as ambivalências de um governo que dependeu de alianças conservadoras no Congresso foram particularmente agudas na agenda dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais (Machado, 2016). Colaboraram para que, à influência histórica da Igreja Católica no país e na América Latina, mais amplamente (Htun, 2003; Vaggione, 2016), fosse somado o peso político crescente de grupos evangélicos conservadores. A presença política de representantes das igrejas evangélicas nos legislativos tem crescido desde os anos 1980, mas sua presença, mais tarde, nas alianças que deram sustentação aos governos recentes é um aspecto fundamental na dialética de avanços e retrocessos em que se intensificaram as reações conservadoras. Aferradas a visões convencionais de família em sua atuação política (Machado, 2017) e eficazes na ampliação de sua influência político-eleitoral, essas igrejas são importantes atores na renegociação das fronteiras entre o Estado, a política e a religião no Brasil (Giumbelli, 2008). A chegada de um pastor identificado com a ofensiva contra os direitos sexuais à Presidência da Comissão de Direitos Humanos, em março de 2013, expunha essas duas dinâmicas e pode ser utilizada como exemplo de um ativismo conservador de novo tipo, hoje bastante visível na política brasileira.

Há também outras fronteiras sendo negociadas hoje. Conceitos como os

de "desdemocratização" e "economização" vêm sendo utilizados em análises do fechamento de regimes democráticos e da concomitante expansão de paradigmas de mercado no Estado e em diferentes dimensões da vida (Brown, 2015; Dardot e Laval, 2016; Fraser, 2015; Lorey, 2015). Conforme as fronteiras entre as esferas pública e privada, entre a política e o mercado, e entre a responsabilidade social e a privada/familiar se alteram – sob disputas agudas, é importante dizer – também são redefinidas a individualidade e o sentido assumido pelos vínculos. A lógica dos vínculos está sendo, mais uma vez, constrangida pelo imperativo da lógica mercadológica ou da lógica das coisas (Segato, 2016).

Para este debate, há três aspectos que me parecem fundamentais nesse processo. O primeiro é que na fase atual do desenvolvimento do capitalismo financeiro, as soluções coletivas para o cuidado são constrangidas pela desregulamentação do trabalho, que diminui as garantias e a previsibilidade na rotina de trabalhadoras e trabalhadores. As soluções de caráter público, por sua vez, são comprometidas pela redução de recursos na área de educação, saúde e assistência e, com isso, de políticas e equipamentos de cuidado de qualidade e capazes de atender às demandas existentes. Restam, assim, as soluções de mercado. Mas estas são disponíveis para poucas. As possibilidades de cuidar e receber cuidado se organizam em relações de gênero racializadas e nas quais a posição de classe incide diretamente (Biroli, 2018: capítulo 2). A pressão para que as famílias assumam "suas" responsabilidades privadas se estabelece conjuntamente com a chamada ao restabelecimento da ordem de gênero. Torna-se imperativo produzir famílias "funcionais", isto é, responsabilizar novamente as mulheres por tarefas de que o Estado se esquiva, sobretudo no âmbito do cuidado, o que traz de volta o maternalismo – embora as mães reais, em sua maioria, quando têm filhos lutem para deles cuidar em condições de precariedade, que se intensificam com o avanço das políticas neoliberais.

O segundo ponto que gostaria de mencionar é que, como alguns autores têm mostrado, as políticas neoliberais não são correspondentes apenas ao recuo do Estado, mas a regras e decisões a favor dos interesses de mercado (Dardot e Laval, 2016). Hoje, os processos de "desdemocratização" são acompanhados da redução da permeabilidade do Estado a interesses que não sejam encampados pelos agentes de mercado – estes são, sistematicamente, promovidos à condição de "interesses objetivos", apresentados como aderentes à lógica da realidade, enquanto a criam com os instrumentos disponíveis, isto é, a influência no campo do direito, nas decisões macroeconômicas e na conformação seletiva do debate público. Com isso, novos padrões de precarização da vida, mais amplamente, e das relações de trabalho se estabelecem e são normalizados (Lorey, 2015). Nesse contexto, inseguranças pessoais podem derivar da falta de proteção objetiva e de garantias ou de medos que remetem a processos acelerados de mudança nas

redes tradicionais de suporte *e nos papeis convencionais de gênero*. Mais uma vez, "ordem moral" e segurança podem ser apresentadas como algo a ser garantido por "famílias funcionais" que atuem como gestoras de individualidades cada vez mais pautadas pela racionalidade econômica, enquanto vínculos sociais se enfraquecem e alternativas coletivas são deslegitimadas.

A relação entre "desdemocratização", precarização e a mobilização de "pânicos morais" com objetivos políticos ainda precisa, parece-me, ser melhor pesquisada. Não se trata de uma grande conspiração, mas de movimentos que convergem e definem novos padrões para a seletividade das democracias existentes. As inseguranças assim gestadas também funcionam como fonte ativa de legitimidade para políticas de repressão e para a militarização. Enquanto a dimensão garantidora do Estado é reduzida, sua dimensão repressiva se expande e a militarização aparece como remédio aceitável, ainda que perverso e ineficaz, para se lidar com os conflitos sociais.

O terceiro ponto, com o qual finalizo este texto, diz respeito mais diretamente à produção do conhecimento e retoma a discussão feita anteriormente sobre as ações que denunciam a "parcialidade" e a ideologização de pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores e, de modo amplo, do conhecimento que produzimos. A criminalização de profissionais e o questionamento dos fundamentos de sua competência ultrapassa, no entanto, escolas e universidades, como mostra Izabela Tamaso neste dossiê. Incorporo aqui as preocupações colocadas por Sérgio Carrara, Isadora Lins França e Júlio Assis Simões quanto à necessidade de explicitarmos o caráter localizado e, ao mesmo tempo, rigoroso do conhecimento que produzimos. Esse conhecimento é potencialmente antagônico às lógicas vigentes, fundadas em desequilíbrios de influência como os que procurei mostrar nesse texto. Não é em um contexto equilibrado que se produzem os parâmetros para a "objetividade" hoje propagados por grupos políticos conservadores. Pelo contrário, essa "objetividade" traduz profundos desequilíbrios e os apresenta como a realidade possível.

Os processos correntes de fechamento das democracias afastam a conformação atual desses regimes, ainda mais do que antes, da noção de soberania popular que esteve entre seus fundamentos. Mas o que eu gostaria de destacar é que os afastam, também, de concepções pluralistas que serviram como referência normativa para avaliá-los na segunda metade do século XX. O estreitamento atual traz em seu bojo ações antipluralistas, como dito anteriormente. O conhecimento que produzimos é "parcial" porque orientado por lógicas alternativas às que promovem esse estreitamento. Temos rigorosamente analisado o caráter situado de sistemas ideológicos binários, com as exclusões e violências que fundamentam, e, com isso, tornamos visíveis outras vidas e outras lógicas. Do mesmo modo, estudos referenciados por horizontes normativos mais exigentes

expõem o enfraquecimento das democracias, sua baixa permeabilidade e, sim, sua parcialidade. De uma perspectiva "parcial" – porque referenciada por valores democráticos substantivos – parte importante das Ciências Sociais expõe, direta ou indiretamente, o caráter excludente e violento de relações de poder e sistemas políticos que produzem precariedade, ao mesmo tempo que nela se apoiam para governar as inseguranças.

---

**Flávia Biroli** é professora do Instituto de Ciência Política da UnB, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisadora do CNPq.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Naeara; SERAFIM, Lizandra e TATAGIBA, Luciana
2014 "Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula". *Dados*, 57 (2): 325-357.

ALVAREZ, Sonia E.
1998 "Latin American Feminisms 'Go Global': Trends of the 1990's and Challenges for the New Millennium". In ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultures of Politics, Politics of Culture: Re-Visioning Latin American Social Movements*. Boulder e Oxford, Westview Press. pp. 293-323.

BIROLI, Flávia
2018 *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial.
2017 "Teorias feministas da política: empiria e normatividade". *Lua Nova*, n. 102: 173-201.

BROWN, Wendy
2015 *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Nova York, Zone Books.

BUTLER, Judith
1993 *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. Nova York, Routledge.

CORNEJO-VALLE, Mónica e PICHARDO, J. Ignácio
2017 "La ideología de género frente a los derechos sexuales y reproductivos: el escenário español". *Cadernos Pagu*, 50. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500009.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind e PARKER, Richard
2008 *Sexuality, health and human rights.* New York: Routledge.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian
2016 *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo Editorial.

FALQUET, Jules
2011 *Por las Buenas o por las Malas: Las mujeres en la globalización*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia e Pontificia Universidad Javeriana.

FOUCAULT, Michel
2005 *História da sexualidade. Volume 1: A vontade de saber.* 16.ed. Rio de Janeiro, Graal.

FRASER, Nancy
2015 "Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism". *Critical Historical Studies*, 2: 157-189.

GIUMBELLI, Emerson
2008 "A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil". *Religião e Sociedade*, 28 (2): 80-101.

GOULD, Stephen Jay
1991 *A falsa medida do homem*. São Paulo, Martins Fontes.

HARDING, Sandra
1986 *The Science Question in Feminism*. Ithaca, Cornell University Press.

HTUN, Mala
2003 *Sex and the State: Abortion, Divorce, and the Family Under Latin American Dictatorships and Democracies*. Cambridge, Cambridge University Press.

LOREY, Isabell
2015 *State of Insecurity: Government of the Precarious*. Nova York, Verso.

MACHADO, Lia Zanotta
2016 "Feminismos brasileiros na relação com o Estado: contextos e incertezas". *Cadernos Pagu*, 47.

MACHADO, Maria das Dores Campos
2017 "Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional". *Horizontes Antropológicos*, 23 (47): 351-380.
2016 "Ideologia de gênero: discurso cristão para desqualificar o debate acadêmico e os movimentos sociais". Texto apresentado na mesa-redonda "Gênero, feminismo e política(s): avanços e retrocessos de uma agenda em construção", *10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Belo Horizonte.

SEGATO, Rita Laura
2016 *La guerra contra las mujeres*. Madri, Traficantes de Sueños.

VAGGIONE, Juan Marco
2016 "Sexualidad, derecho y religión: entramados em tensión". In SÁEZ, Macarena e FAÚNDES, José Manuel Morán (orgs.). *Sexo, delitos y pecados: intersecciones entre religión, género, sexualidad y el derecho em América Latina*. Washinsgton, DC, Center for Latin American & Latino Studies, American University. pp. 18-52.
2017 "La Iglesia Católica frente a la política sexual: La configuración de una ciudadanía religiosa. *Pagu*, n. 50.

**Conservative Reaction,**
**Democracy, and Knowledge**

**ABSTRACT**

This text characterizes the conservative offensive against the agenda of gender equality and sexual diversity. It then proposes a reflection on its connection with current processes defined as the closing of democracy. Finally, it briefly discusses the fact that the production of knowledge in the Social Sciences and the educational processes approaching gender inequalities and sexual diversity have become targets of this offensive.

**KEYWORDS**

Conservative Offensive, Democracy, Gender, Knowledge

Recebido em 18 de fevereiro de 2018. Aceito em 10 de março de 2018.